

O Capital Cultural e a Organização Social em Comunidades

Autoria

Constantino de Carvalho Oliveira Neto - constantino.oliveira.nt@gmail.com

Núcleo de Pós-Grad em Admin – NPGA / UFBA - Universidade Federal da Bahia

Daniela Campos Bahia Moscon - danielacbahia@gmail.com

Núcleo de Pós-Grad em Admin – NPGA / UFBA - Universidade Federal da Bahia

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Gestão Social / UFBA - Universidade Federal da Bahia

Ana Carolina de Aguiar Rodrigues - anacarolina.ar@gmail.com

Prog de Pós-Grad em Admin/Faculdade de Economia, Admin e Contab – PPGA/FEA / USP - Universidade de São Paulo

Maria Emilia Melo da Costa - emilia.melo.em@gmail.com

Prog de Pós-Grad em Admin/Faculdade de Economia, Admin e Contab – PPGA/FEA / USP - Universidade de São Paulo

Agradecimentos

Este trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Agradecemos também ao Centro de Estudos em Comportamento e Trabalho em Contextos Precários (ComTrab) pelo suporte institucional e acadêmico.

Resumo

Este estudo investiga a função do capital cultural na organização social de duas comunidades rurais brasileiras: Nossa Senhora das Graças (AM) e Barreiro (BA). Com a adoção de uma abordagem qualitativa, buscou-se investigar a função do capital cultural na organização social dessas comunidades rurais, a partir da análise dos símbolos de pertencimento, estruturas de poder e narrativas coletivas que operam como mecanismos simbólicos de coesão e distinção social, impactando na organização social. Foram conduzidas entrevistas semiestruturadas e observações em campo, analisadas a partir da técnica de análise da narrativa. Os resultados revelaram que o capital cultural se expressa em narrativas históricas, práticas religiosas, linguagem coletiva e saberes técnicos, que não apenas sustentam vínculos identitários, mas também legitimam lideranças, regulam conflitos e orientam ações coletivas. Identificou-se ainda que essas formas de capital cultural podem reforçar desigualdades simbólicas ao naturalizar fronteiras internas e exclusões. O estudo dialoga com os referenciais de Bourdieu (1998) e Collins (2004) para evidenciar como o capital cultural atua como força estruturante das dinâmicas e organizações sociais locais. Conclui-se que, em contextos rurais marcados por escassez institucional, o capital cultural representa um recurso estratégico na mediação entre tradição, poder e transformação social.

O Capital Cultural e a Organização Social em Comunidades

Resumo:

Este estudo investiga a função do capital cultural na organização social de duas comunidades rurais brasileiras: Nossa Senhora das Graças (AM) e Barreiro (BA). Com a adoção de uma abordagem qualitativa, buscou-se investigar a função do capital cultural na organização social dessas comunidades rurais, a partir da análise dos símbolos de pertencimento, estruturas de poder e narrativas coletivas que operam como mecanismos simbólicos de coesão e distinção social, impactando na organização social. Foram conduzidas entrevistas semiestruturadas e observações em campo, analisadas a partir da técnica de análise da narrativa. Os resultados revelaram que o capital cultural se expressa em narrativas históricas, práticas religiosas, linguagem coletiva e saberes técnicos, que não apenas sustentam vínculos identitários, mas também legitimam lideranças, regulam conflitos e orientam ações coletivas. Identificou-se ainda que essas formas de capital cultural podem reforçar desigualdades simbólicas ao naturalizar fronteiras internas e exclusões. O estudo dialoga com os referenciais de Bourdieu (1998) e Collins (2004) para evidenciar como o capital cultural atua como força estruturante das dinâmicas e organizações sociais locais. Conclui-se que, em contextos rurais marcados por escassez institucional, o capital cultural representa um recurso estratégico na mediação entre tradição, poder e transformação social.

Palavras-chave: capital cultural, comunidades rurais, organização social, poder simbólico

INTRODUÇÃO

As comunidades têm se consolidado como unidades de análise relevantes no campo da Administração, especialmente em estudos que abordam gestão social, desenvolvimento local e sustentabilidade organizacional (Boyd; Nowell, 2014). Tradicionalmente vistas como espaços de interação social, as comunidades passaram a ser compreendidas também como agentes ativos na construção de estratégias coletivas, inovação e resiliência econômica (Lumpkin; Bacq; Pidduck, 2018). Na perspectiva da Administração, investigar comunidades implica analisar como os laços sociais, as redes de cooperação e os arranjos institucionais locais influenciam práticas organizacionais, governança e tomada de decisão (Wright; Reames, 2020).

Pesquisas nessa área frequentemente destacam o papel das lideranças comunitárias, a gestão de recursos compartilhados e a capacidade adaptativa desses grupos frente a desafios socioeconômicos (Keys; Thomsen; Smith, 2016). Além disso, o estudo de comunidades tem ganhado destaque em abordagens que integram responsabilidade social empresarial e empreendedorismo comunitário, evidenciando como os valores e a cultura local podem ser alavancas para modelos de negócios mais inclusivos e sustentáveis (Gisevius; Niesters; Braun, 2025).

A organização social refere-se aos padrões estruturados de relações que regulam a vida coletiva, definindo papéis, normas e hierarquias dentro de um grupo. Nas comunidades, essa organização se manifesta por meio de instituições informais (como costumes e tradições) e formais (como associações e conselhos), que medeiam o acesso aos recursos, o exercício do poder e a resolução de conflitos (Mancini; Bowen; Martin, 2005). Alguns trabalhos têm demonstrado que comunidades com forte organização social tendem a ser mais resilientes a crises e mais eficazes na mobilização para objetivos comuns, como desenvolvimento local ou preservação ambiental (Platzek; Pretorius, 2020). Porém, essas estruturas também podem reproduzir desigualdades, especialmente quando certos grupos monopolizam o acesso a redes de influência ou recursos simbólicos (Heeks; Shekhar, 2019). Assim, a organização social constitui um conceito fundamental para a compreensão das dinâmicas que estruturam as relações humanas, abrangendo os padrões de interação, as normas, os valores e as instituições que regulam a vida coletiva (Chilenski; Syvertsen; Greenberg, 2015). Trata-se de algo essencial para a manutenção da coesão e do equilíbrio sistêmico, funcionando como um mecanismo que integra indivíduos e grupos por meio de expectativas compartilhadas e arranjos institucionais (McEvily; Soda; Tortoriello, 2014). Essa estrutura não apenas define papéis e hierarquias, mas também assegura a reprodução das relações sociais ao longo do tempo, mediando conflitos e promovendo a estabilidade (Anicich *et al.*, 2015).

No entanto, como evidenciam abordagens mais críticas, a organização social não é estática, já que está sujeita a transformações decorrentes de tensões, resistências e reconfigurações do poder (Bourdieu, 2005). Dessa forma, a análise da organização social requer uma perspectiva que articule tanto sua dimensão normativa e funcional quanto seus processos contestatórios e de mudança, revelando assim sua complexidade e seu caráter dinâmico (Seo; Creed, 2002).

Essa interdependência entre estrutura e dinâmica social ganha contornos ainda mais nítidos quando se observa como os recursos sociais, especialmente o capital cultural, atuam como mediadores entre a organização formal das comunidades e suas práticas cotidianas (Hale; Carolan, 2018). Se, por um lado, a organização social estabelece os marcos normativos que regulam as interações, por outro, é por meio do capital cultural que tais normas são internalizadas, contestadas ou reinterpretadas pelos indivíduos. Assim, a análise dessas duas dimensões revela não apenas a complexidade das relações

comunitárias, mas também os fundamentos sobre os quais se constroem a coesão e a mudança social (Anicich *et al.*, 2015).

Nesse sentido, o capital cultural é um conceito fundamental para compreender como as estruturas sociais das comunidades são reproduzidas e legitimadas através de mecanismos simbólicos (Hale *et. al*, 2023). Os conhecimentos, habilidades e preferências culturais internalizados pelos indivíduos, seja através da família, da escola ou de outras instituições, funcionam como formas de distinção social (Bourdieu, 2007). Em comunidades empreendedoras e profissionais, por exemplo, o capital cultural pode se manifestar através da aquisição de credenciais educacionais, linguagens especializadas e códigos de comportamento que funcionam como critérios de inclusão e exclusão (Lumpkin; Bacq; Pidduck, 2018). O acesso a determinados tipos de capital cultural é desigualmente distribuído, refletindo e reproduzindo as hierarquias sociais existentes (Bourdieu, 2023). Em comunidades empresariais, a fluência em determinados discursos pode determinar quem ascende a posições de liderança, enquanto a falta desses recursos marginaliza indivíduos de origens menos privilegiadas (De Clercq; Voronov, 2009). Já em comunidades rurais, o domínio de tradições locais e práticas agrícolas específicas não apenas define pertencimento, mas também hierarquiza os membros, privilegiando aqueles que detêm os saberes valorizados pelo grupo (Hale; Carolan, 2018).

Dessa forma, o capital cultural opera como um instrumento de manutenção das estruturas sociais, naturalizando desigualdades e reforçando fronteiras simbólicas entre os integrantes da comunidade (De Clercq; Voronov, 2009). Assim, ele não apenas estrutura as relações internas dessas comunidades, mas também as conecta a sistemas mais amplos de poder e desigualdade (Bertoncello; Netto; Ribeiro, 2022).

Apesar dos avanços nos estudos sobre capital cultural e sobre a organização social em comunidades, observa-se que existem poucos trabalhos que unam esses dois temas (Hale *et. al*, 2023; Prado, 2023), e, mais especificamente, uma investigação de como esses recursos simbólicos operam em contextos rurais brasileiros, especialmente em comunidades marcadas por tensões entre tradição e modernidade (Dantas *et al.*, 2018). Embora pesquisas anteriores tenham explorado o capital cultural em ambientes urbanos ou profissionais (De Clercq; Voronov, 2009), faltam análises que articulem sua dinâmica em comunidades rurais, onde narrativas históricas, práticas religiosas e linguagens coletivas assumem papéis únicos na mediação de hierarquias e coesão social (Bomono *et al*, 2011). Além disso, poucos trabalhos examinam como essas comunidades negociam

sua identidade e estruturas de poder frente a influências externas (Hale *et. al*, 2023; Prado, 2023), como secularização e políticas governamentais, evidenciando a necessidade de estudos que integrem perspectivas microsociológicas a contextos específicos de transformação socioeconômica (Collins, 2001, 2004). Esta pesquisa busca preencher essa lacuna, analisando duas comunidades rurais brasileiras para desvendar os mecanismos pelos quais o capital cultural sustenta e redefine suas organizações sociais.

Assim, o objetivo deste trabalho é o de investigar a função do capital cultural na organização social em duas comunidades rurais: a Comunidade Nossa Senhora das Graças (CNSG) (AM) e a Comunidade de Barreiro (BA). Para tanto, adotou-se uma abordagem qualitativa que valorizou as narrativas locais, compreendendo os discursos e significados produzidos pelos próprios atores sociais como elementos centrais para desvendar as dinâmicas organizacionais. Essa perspectiva permitiu captar não apenas as manifestações objetivas do capital cultural, mas também suas dimensões subjetivas e incorporadas, que se expressam nas formas de interação, nos valores compartilhados e nas estratégias de reprodução social características desses contextos.

Para alcançar esse propósito, este estudo desdobra-se em três objetivos específicos: (1) analisar como símbolos de pertencimento e identidade coletiva operam na constituição da coesão social nas comunidades estudadas, revelando os mecanismos simbólicos que sustentam vínculos comunitários; (2) investigar de que modo o capital cultural legitima ou tensiona as estruturas de autoridade e poder local, com ênfase no papel das lideranças comunitárias, dos saberes técnicos valorizados e das mediações com agentes externos, destacando sua função na reprodução ou contestação de hierarquias; e (3) compreender como as narrativas de sucesso, fracasso e transformação social atuam como dispositivos simbólicos que estruturam as interações cotidianas e moldam as expectativas coletivas frente a processos de mudança, evidenciando seu papel na regulação da ação coletiva. Esses eixos permitem desvendar, de forma integrada, como o capital cultural se articula com a organização social, tanto como força de coesão quanto de distinção.

As comunidades CNSG (AM) e de Barreiro (BA), são comunidades situadas em localidades remotas, distantes dos grandes centros, e com pouco acesso a recursos e infraestrutura de saúde, educação e transporte público, com a maioria da população em trabalho rural e informal. Existem complexidades típicas associadas à vida diária e aos

contextos de trabalho, que geram desdobramentos sociais, culturais, e simbólicos, e que, consequentemente, impactam na forma de se organizarem socialmente.

CAPITAL CULTURAL E COMUNIDADES

O conceito de capital cultural, desenvolvido por Pierre Bourdieu nas décadas de 1960 e 1970, surge como uma extensão da metáfora econômica ao domínio simbólico, designando os saberes, disposições e práticas culturais que, quando reconhecidos e valorizados por instituições como a escola, conferem vantagens sociais aos indivíduos (Davies; Rizk, 2018). Bourdieu, dialogando tanto com a tradição sociológica francesa, quanto com teorias do conflito, compreendia o capital cultural não como um repertório neutro, mas como um mecanismo de reprodução das desigualdades, no qual a cultura dominante é sistematicamente privilegiada pelas instituições educacionais, funcionando como uma "moeda social" que legitima hierarquias de classe (Bourdieu, 2007).

A partir dos anos 1980, outras abordagens sobre o capital cultural surgem, com pluralidade de interpretações e, embora isso revele a flexibilidade heurística do conceito, também evidencia a ausência de um consenso sobre sua definição precisa, mantendo o capital cultural como um eixo central nos debates sobre reprodução social e relações de poder (Bertoncelo; Netto; Ribeiro, 2022; Davies; Rizk, 2018).

Collins (2004), descendente dessa segunda geração de teóricos, afirma que o capital cultural consiste nos recursos culturais mobilizados pelos indivíduos em interações sociais. Inspirado por Bourdieu (2007), ele reconhece que determinados bens e práticas culturais, frequentemente associados à alta cultura, funcionam como marcadores de status social. Entretanto, o valor do capital cultural não se restringe apenas à sua função instrumental como indicador de status (Collins, 2004; Bertoncelo; Netto; Ribeiro, 2022). A experiência cultural pode ter um significado intrínseco, independentemente de sua utilidade social. Possuir determinados recursos culturais, pode transcender preocupações com distinção social, indicando uma apreciação autêntica e compartilhada dentro de comunidades especializadas (Benzecry; Collins, 2014, Hale *et al.*, 2023). Esse fenômeno sugere que o capital cultural também pode ser cultivado por seu valor subjetivo, desvinculado de estratégias de ascensão social. Tal perspectiva amplia a compreensão sobre como os recursos culturais são vivenciados e negociados em contextos específicos (Collins, 2004).

Além disso, Collins (2004) categoriza os recursos culturais em generalizados e particularizados, cada um com funções sociais distintas. Os recursos generalizados abrangem temas impessoais, como política, religião e entretenimento, que sinalizam pertencimento aos grupos de status horizontalmente organizados. Eles reforçam identidades coletivas sem exigir laços pessoais, funcionando como moeda cultural em interações amplas. Por outro lado, os recursos particularizados referem-se aos elementos concretos, como pessoas, lugares e objetos específicos, essenciais para a manutenção de relações informais e estruturas de autoridade (Benzecry; Collins, 2014).

Assim, os recursos culturais generalizados promovem identidades coletivas, mas não estabelecem necessariamente vínculos comunitários. Eles são mobilizados em conversas que reforçam visões de mundo compartilhadas, como discussões sobre tendências artísticas ou debates políticos (Benzecry; Collins, 2014). Embora facilitem a integração em grupos de status, sua natureza impessoal os torna menos relevantes para a manutenção de hierarquias institucionalizadas. Essa característica os diferencia dos recursos particularizados, que são fundamentais para a reprodução de estruturas de poder concretas (Barbosa, 2023). A análise de Collins (2004) destaca a dualidade do capital cultural como ferramenta de inclusão simbólica e exclusão material.

Em contraste, os recursos culturais particularizados são centrais para a reprodução da propriedade e da autoridade. Eles se manifestam em narrativas pessoais, focadas e ordens diretas, que legitimam direitos sobre espaços e relações de comando (Benzecry; Collins, 2014). Por exemplo, referir-se ao "escritório do chefe" ou acatar uma ordem específica reforça rotinas que sustentam hierarquias institucionais. Collins (2004) enfatiza que mesmo a não obediência a uma ordem, não invalida sua função ritualística de reafirmar a estrutura social. Portanto, os recursos particularizados operam como mecanismos microsociológicos que perpetuam desigualdades através de interações cotidianas.

A reputação, um tipo de recurso particularizado, ilustra como o capital cultural transcende a interação face a face. Títulos, afiliações organizacionais e histórias pessoais circulam em redes de conversação, consolidando a posição social de um indivíduo mesmo em sua ausência. Essa característica o aproxima do conceito de capital social, embora os dois operem em dimensões distintas da vida social (Collins, 2004).

Collins distingue capital cultural de capital social pelo foco nos recursos mobilizados versus nas redes de relações. Enquanto o capital cultural refere-se a

conhecimentos, habilidades e símbolos que um indivíduo detém, o capital social diz respeito às redes de contatos e aos benefícios derivados dessas conexões (Barbosa, 2023). Embora ambos os tipos de capital sejam relevantes nas interações sociais e influenciem a posição de um indivíduo na estrutura social, o capital cultural enfatiza o "o quê" um indivíduo traz para a interação em termos de recursos culturais, enquanto o capital social foca no "quem" um indivíduo conhece e nas relações que ele ou ela pode mobilizar. Essa diferenciação esclarece como ambos os capitais se complementam na estruturação das oportunidades sociais (Benzecry; Collins, 2014). Assim, as interações sociais, para Collins (2004), são "mercados" onde os indivíduos trocam tanto seus recursos culturais quanto sua energia emocional, e é através dessas trocas repetidas que as estruturas sociais, incluindo as redes de capital social, são continuamente construídas e modificadas.

Ao compreender o capital cultural a partir da perspectiva de Collins (2004), pode-se dizer que ele desempenha um papel central na formação e manutenção das comunidades, pois fornece os códigos compartilhados que definem identidade e pertencimento. Em qualquer grupo social, os membros mobilizam conhecimentos, símbolos e práticas culturais para estabelecer conexões e reforçar laços (Bourdieu, 1998, 2007). Esses recursos podem incluir desde linguagens específicas e referências comuns até rituais coletivos e normas de comportamento, que funcionam como critérios implícitos de inclusão ou exclusão. Nas interações cotidianas, os indivíduos mobilizam conhecimentos, práticas e discursos específicos que funcionam como moedas de troca, definindo quem está incluído ou excluído dos grupos (Hale *et al.*, 2023). Por exemplo, em comunidades rurais, o domínio de técnicas agrícolas tradicionais ou a participação em rituais locais pode conferir prestígio, enquanto a falta desses recursos exclui os "outsiders". Enquanto os indivíduos dominam esses elementos são reconhecidos como legítimos participantes, os que não os possuem, enfrentam barreiras à integração (Hale; Carolan, 2018). Dessa forma, o capital cultural não apenas fortalece a coesão interna, mas também regula o acesso e a hierarquização dentro das comunidades, influenciando quem tem voz, poder e influência (De Clercq; Voronov, 2009).

Além de moldar as interações internas, o capital cultural influencia como as comunidades se posicionam e negociam seu espaço em contextos sociais mais amplos, atuando como recurso estratégico para manutenção ou transformação de suas fronteiras simbólicas (Hale *et al.*, 2023). Comunidades frequentemente constroem sua distinção por meio de práticas e valores culturais exclusivos, que servem tanto para afirmar sua

identidade quanto para competir por reconhecimento e recursos (Hale; Carolan, 2018). Esses processos revelam que o capital cultural é dinâmico, adaptando-se a contextos específicos para garantir a sobrevivência e relevância do grupo, tornando-o uma categoria analítica essencial para estudos sobre mudança social (Davies; Rizk, 2018).

Assim, o capital cultural se revela um elemento estruturante tanto em comunidades tradicionais quanto em grupos modernos e especializados, atuando como um mecanismo de inclusão e distinção social. Nas comunidades rurais, ele se manifesta por meio de saberes ancestrais e rituais coletivos que definem autoridade e identidade, enquanto que nas comunidades empreendedoras, por exemplo, traduz-se em linguagens e práticas que facilitam ou dificultam o acesso a redes de poder econômico (Hale *et al.*, 2023). Essa versatilidade do conceito demonstra sua relevância para analisar desde microinterações cotidianas até macroestruturas sociais, evidenciando como recursos culturais são mobilizados para manter, contestar ou transformar relações de desigualdade em diferentes esferas da vida coletiva (Hale; Carolan, 2018).

MÉTODO

Para o desenvolvimento desta pesquisa, utilizou-se uma abordagem de natureza qualitativa. O objetivo da pesquisa qualitativa é exploratório, e as falas e as narrativas coletadas foram tratadas de forma a não só entender o que se fala, mas o que as respostas representam para cada um dos respondentes (Bauer; Gaskell, 2000). Como método de análise, adotou-se a análise da narrativa, conforme proposto por Riessman (2008), que privilegiam os modos como os participantes constroem significados, organizam experiências e constroem identidades por meio de histórias contadas.

A presente pesquisa tem como unidades de análise duas comunidades rurais brasileiras: CNSG, localizada no estado do Amazonas, na Costa do Pesqueiro, e Barreiro, situada na Bahia. Ambas foram escolhidas por apresentarem formas locais de organização social em que práticas sociais e de trabalho em condições estruturais de escassez, mas sustentadas por vínculos comunitários, saberes tradicionais e repertórios culturais próprios. A pesquisa parte do pressuposto de que o capital cultural, entendido nos termos de Bourdieu (1998) e Collins (2004) como o conjunto de disposições, saberes e práticas socialmente valorizadas, exerce um papel central na construção da trajetória desses

trabalhadores e na legitimação de lideranças locais, mesmo em contextos de baixa institucionalização e infraestrutura limitada.

As referidas comunidades apresentam características distintas que enriquecem a análise comparativa. A primeira localiza-se em região amazônica, com forte presença de práticas extrativistas e uma relação cotidiana com o ambiente fluvial (comunidade ribeirinha). A segunda está inserida no semiárido baiano, em uma economia marcada por pequenos cultivos agrícolas e estratégias comunitárias de convivência com a seca. Em ambas, observa-se a presença de eventos, encontros e iniciativas coletivas que funcionam como arenas simbólicas nas quais circulam discursos sobre trabalho, educação, infraestrutura, e condições de vida. Essas comunidades, portanto, oferecem um campo fértil para observar como narrativas sobre o dia a dia e o trabalho são apropriadas, adaptadas ou resistidas em contextos periféricos, permitindo compreender os sentidos locais atribuídos aos mecanismos simbólicos que sustentam sua organização social.

A técnica *snowball* (bola de neve) foi utilizada na seleção dos participantes. Nela, há um intermediário inicial, também denominado de semente (um participante), que localiza ou aponta algumas pessoas com o perfil necessário para a pesquisa a ser realizada (Biernacki; Waldorf, 1981). Assim, foi solicitado aos primeiros moradores entrevistados que sugerissem nomes de outros moradores que também pudessem atuar como participantes da pesquisa. O processo foi organizado pelos líderes comunitários de cada um dos contextos investigados.

A saturação da coleta das entrevistas ocorreu quando não havia mais pessoas para serem indicadas na comunidade. Logo, o estudo contou com 23 participantes, entrevistados entre 11 e 15/11/2024. A pesquisa foi submetida ao Comitê de ética de Pesquisa com Seres Humanos e autorizada com protocolo correspondente (EACH-USP). Os participantes aprovaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e suas identidades foram preservadas, sendo identificados como “Trabalhador”, “Morador” ou “Liderança/Trabalhador”. Os nomes dos personagens citados pelos participantes também foram alterados para a preservação do anonimato. As entrevistas foram realizadas nas residências dos entrevistados ou nos respectivos centros comunitários, de forma individual, buscando preservar a confidencialidade e o bem-estar do entrevistado. As entrevistas foram gravadas via áudio e posteriormente transcritas, com duração média de 1h10min.

O modelo de roteiro semiestruturado foi escolhido por possibilitar uma maior flexibilidade e profundidade na entrevista (Marconi; Lakatos, 2004). A primeira parte do roteiro foi constituída de perguntas sociodemográficas, buscando caracterizar o perfil dos participantes em termos de idade, gênero, tempo de residência na comunidade e funções exercidas localmente. Em seguida, o roteiro abordou os recursos culturais generalizados, com questões sobre práticas coletivas, discussões comunitárias e eventos culturais compartilhados, e os recursos particularizados, focalizando narrativas pessoais, figuras de referência e histórias locais marcantes. Essa estrutura permitiu captar tanto os aspectos objetivos do capital cultural quanto suas dimensões subjetivas e incorporadas, essenciais para compreender sua influência na organização social das comunidades estudadas. As questões foram organizadas em dois eixos do capital cultural de acordo com Collins (2004): (1) recursos culturais generalizados (como conversas sobre política, religião e práticas comunitárias) e (2) recursos particularizados (como narrativas locais, figuras de autoridade e eventos históricos específicos). Assim, Collins (2004) oferece uma lente analítica que permite identificar não apenas os conteúdos explícitos das falas, mas também os modos pelos quais os indivíduos mobilizam saberes, práticas e emoções para negociar pertencimento, autoridade e coesão social no cotidiano comunitário (Riessman, 2008). O quadro a seguir apresenta as categorias utilizadas para construção das perguntas do questionário e para guiar a análise posterior das respostas, organizadas de acordo com os dois eixos principais do capital cultural, conforme adaptados à realidade empírica das comunidades de CNSG (AM) e Barreiro (BA).

Quadro 1 - Capital Cultural na perspectiva de Collins

Recursos Culturais Generalizados		
Categoria I	Recursos Culturais Generalizados (pertencimento ao grupo)	Repertório encontrado em conversas sobre técnicas, discussões sobre política, debates sobre religião, conversas sobre entretenimento e discussão geral, que invoca diferentes estratos intelectuais e não intelectuais.
Recursos Culturais Particularizados		
Categoria II	Recursos Conversacionais e de Negociação	Saberes e repertórios linguísticos usados para estabelecer alianças, influência ou status em interações imediatas
Categoria III	Recursos Ritualísticos e de Solidariedade	Símbolos, gestos ou práticas compartilhadas que reforçam pertencimento e coesão em rituais sociais (festivais, reuniões, cerimônias).

Categoria IV	Recursos de Afinidade Emocional	Habilidades para criar laços emocionais ou identificação mútua em grupos, baseadas em experiências ou valores comuns.
---------------------	--	---

Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em Collins (2004).

Além das entrevistas, foram realizadas observações em locais comunitários, como a associação de moradores, para contextualizar as narrativas coletadas. Os dados foram analisados por meio de codificação temática, identificando padrões recorrentes relacionados ao capital cultural e sua influência na organização social.

O tratamento dos dados nesta pesquisa foi realizado por meio da técnica de análise da narrativa Riessman (2008). Essa abordagem foi escolhida por permitir identificar os elementos estruturais das histórias (como personagens, enredos, tensões e resoluções), bem como os significados simbólicos atribuídos às experiências. Neste estudo, as narrativas foram tratadas não apenas como fontes de conteúdo, mas como construções sociais que articulam identidades, pertencimentos e estruturas de poder no interior das comunidades. Para garantir rigor metodológico, o processo seguiu as três etapas propostas por Riessman (2008):

1. Leitura flutuante das transcrições para captar as estruturas narrativas predominantes;
2. Identificação dos enredos principais, marcadores identitários e símbolos de pertencimento expressos nas histórias;
3. Interpretação das narrativas à luz do referencial teórico de Bourdieu (1995) e Collins (2004), destacando como os participantes mobilizam memórias, figuras locais e eventos históricos para construir sentidos sobre sua vivência comunitária. Essa abordagem permitiu compreender as histórias como performances sociais e dispositivos de regulação simbólica.

As unidades de registro foram codificadas manualmente a partir dos discursos dos participantes, destacando-se elementos como narrativas históricas, práticas religiosas e linguagem coletiva. Em seguida, os códigos identificados foram agrupados em categorias temáticas, compreendidas como unidades de sentido que articulam elementos narrativos com traços semelhantes, sob um eixo interpretativo comum. Essa sistematização permitiu identificar padrões recorrentes e relações entre o capital cultural e a organização social nas comunidades estudadas, enriquecendo a interpretação dos dados à luz das perspectivas de Bourdieu (1998) e Collins (2004).

Na etapa de pré-análise, os dados coletados foram organizados em uma planilha do Excel[®] após a transcrição das entrevistas nos softwares baseados na web NotebookLM[®] e TurboScribe[®]. Cada entrevista foi identificada com nomes fictícios para preservar a confidencialidade dos participantes. As transcrições foram separadas de acordo com as questões do roteiro semiestruturado, facilitando a categorização e análise temática. Trechos relevantes foram destacados com cores diferenciadas para cada tema emergente, permitindo uma visualização clara dos padrões e conexões entre as respostas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Participaram da pesquisa nas duas comunidades 10 mulheres e 15 homens, com faixa etária compreendida entre 18 e 84 anos. O perfil sociodemográfico dos participantes da CNSG revela um grupo composto por indivíduos adultos e idosos, com idades variando entre 20 e 67 anos, com representantes dos gêneros masculino e feminino. As ocupações são diversas e associadas tanto a atividades formais quanto informais, incluindo trabalho na agricultura (como o cultivo de milho e feijão), pesca, transporte, serviços escolares e funções comunitárias, como agentes de saúde e antigos líderes locais. A escolaridade varia de forma significativa, abrangendo desde participantes apenas alfabetizados ou com ensino fundamental incompleto, passando por ensino médio completo, chegando ao ensino superior. Importante destacar que, nesta comunidade, todos os participantes são ao menos alfabetizados. A maioria dos entrevistados reside há muitos anos na CNSG, evidenciando vínculos duradouros com o território.

Entre os entrevistados do Barreiro, o perfil sociodemográfico também apresenta variedade etária, com idades que vão da juventude (18 anos) à terceira idade (84 anos), incluindo jovens em formação universitária e idosos. A escolaridade é igualmente heterogênea, com alguns participantes possuindo ensino médio completo ou formação superior em áreas específicas, enquanto outros relataram escolarização limitada. As ocupações incluem atividades formais, como porteiro e professor, bem como trabalhos rurais e comunitários. Muitos entrevistados nasceram ou vivem há décadas na comunidade, outros saíram e retornaram, o que reforça o enraizamento territorial. A estrutura familiar varia entre indivíduos que moram sozinhos, com companheiros ou com os pais, e destaca-se uma forte presença de vínculos associativos, especialmente através da participação na associação comunitária e em atividades religiosas, o que aponta para uma intensa articulação social e organizacional no Barreiro.

Tabela 1 - Perfil Sociodemográfico dos Entrevistados

Identificação	Comunidade	Sexo	Idade	Função na Comunidade
LID1-AM	NSG	H	67	Liderança/Trabalhador
LID2-AM	NSG	H	50	Liderança/Trabalhador
TRAAP1-AM	NSG	M	67	Trabalhador Aposentado
TRAB1-AM	NSG	H	56	Trabalhador
TRAB2-AM	NSG	M	41	Trabalhador
TRAB3-AM	NSG	H	42	Trabalhador
TRAB4-AM	NSG	H	51	Trabalhador
TRAB5-AM	NSG	M	45	Trabalhador
TRAB6-AM	NSG	M	43	Trabalhador
TRAB7-AM	NSG	H	54	Trabalhador
TRAB8-AM	NSG	H	20	Trabalhador
LID1-BA	Barreiro	H	69	Liderança/Trabalhador
LID2-BA	Barreiro	H	45	Liderança/Trabalhador
LID3-BA	Barreiro	H	41	Liderança/Trabalhador
TRAAP1-BA	Barreiro	M	84	Trabalhador Aposentado
TRAAP2-BA	Barreiro	M	50	Trabalhador Aposentado
TRAB1-BA	Barreiro	M	57	Trabalhador
TRAB2-BA	Barreiro	M	43	Trabalhador
TRAB3-BA	Barreiro	H	61	Trabalhador
TRAB4-BA	Barreiro	M	18	Trabalhador
TRAB5-BA	Barreiro	M	49	Trabalhador
TRAB6-BA	Barreiro	H	19	Trabalhador
TRAB7-BA	Barreiro	H	54	Trabalhador
TRAB8-BA	Barreiro	H	62	Trabalhador
TRAB9-BA	Barreiro	H	45	Trabalhador

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

A análise das comunidades estudadas revela três dimensões fundamentais que estruturam suas dinâmicas sociais: 1) **os símbolos de pertencimento e identidade coletiva**, 2) **as hierarquias e estruturas de poder**, e 3) **as narrativas como estruturantes das interações sociais**. Esses eixos analíticos permitem compreender como o capital cultural se materializa na vida comunitária, atuando como alicerce tanto para a coesão grupal quanto para a reprodução de desigualdades (Benzecry; Collins, 2014). Os símbolos de pertencimento, expressos em narrativas históricas, práticas religiosas e no uso estratégico da linguagem coletiva, delimitam fronteiras identitárias e legitimam formas de inclusão e exclusão. Paralelamente, as hierarquias locais demonstram como autoridade e acesso a recursos são negociados através de capital simbólico e redes de influência. Por fim, as narrativas compartilhadas emergem como dispositivos centrais na regulação das expectativas e ações coletivas, vinculando passado e presente em um contínuo processo de significação social. Juntas, essas dimensões oferecem um quadro interpretativo para desvendar os complexos mecanismos através dos quais o capital cultural organiza a vida comunitária. Além de sintetizar os dados empíricos, elas também funcionam como uma ponte entre teoria e evidência, permitindo

visualizar como recursos simbólicos diversos operam nas práticas cotidianas e nos sistemas de pertencimento e autoridade.

Para sintetizar os achados e ilustrar como os elementos simbólicos identificados se articulam na organização social das comunidades, o Quadro 2 resume os principais impactos do capital cultural, conforme identificado na pesquisa. Ele expressa, portanto, uma leitura analítica baseada na codificação temática e na interpretação narrativa, organizando os dados em três blocos coerentes que dialogam diretamente com os aportes teóricos de Bourdieu (1995) e Collins (2004).

Quadro 2 - O Capital Cultural e os Impactos na Organização Social

Capital Cultural	Impactos na Organização Social
Narrativa histórica compartilhada	Símbolos de Pertencimento e Identidade Coletiva
Práticas religiosas	
Uso de linguagem coletiva ("nós")	
Autoridade	Hierarquias e Estruturas de Poder
Conhecimentos técnicos	
Capacidade de negociação com agentes externos	
Narrativas de sucessos e fracasso	Narrativas como Estruturantes das Interações Sociais
Linguagem situada (referências a figuras locais, lugares emblemáticos e eventos históricos)	

Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados da pesquisa.

Os elementos destacados no Quadro 2 apresentam como o capital cultural atua como uma engrenagem simbólica que estrutura tanto os vínculos de pertencimento quanto os mecanismos de autoridade e negociação. A articulação entre linguagem coletiva, práticas religiosas, memórias históricas e saberes técnicos evidenciam que os recursos culturais são mobilizados estrategicamente para legitimar posições sociais. As categorias do quadro se entrelaçam, revelando uma lógica relacional que atravessa identidade, memória e organização social nas comunidades pesquisadas, conforme se apresentam a seguir.

Símbolos de Pertencimento e Identidade Coletiva

As entrevistas revelam que os símbolos de pertencimento operam como pilares centrais na organização social das comunidades, articulando-se em três dimensões principais. Primeiramente, destaca-se a narrativa histórica compartilhada, especialmente a memória da fundação e da criação das escolas nas duas comunidades, que atua como um dispositivo de coesão, transformando eventos passados em marcadores identitários que legitimam a continuidade do grupo. Figuras emblemáticas, como os líderes comunitários, tornam-se símbolos materiais dessa história, encarnando valores coletivos e servindo de referência para ações presentes.

Um exemplo marcante dessa dimensão é a forma como os moradores do Barreiro atribuem valor simbólico ao nome do local, resistindo a tentativas de alteração e reforçando sua ligação com a origem territorial e cultural:

TRAB8-BA: *“Eu que queria mudar, mas o pessoal não quis. Aí ficou como está [...] Primeiro assim, eu eu antigamente eu achava o nome feio, mas hoje eu vejo que em outras cidades também tem Barreiro [...] Pois é. Foi assim que começou, minha filha.”*

Tal fala evidencia como o nome "Barreiro", originalmente associado ao barro da região, foi ressignificado coletivamente e passou a ser compreendido como um elemento identitário, valorizado por sua tradição e reconhecimento social. A resistência à mudança revela um forte apego à memória local e ao que ela representa para os moradores.

Além disso, a relevância atribuída a figuras históricas que contribuíram para o desenvolvimento da comunidade reforça a ideia de que a memória coletiva funciona como um tipo de capital cultural. Lideranças passadas e presentes são evocadas como marcos identitários, como exemplificado nas falas:

LID1-BA: *“Aqui eu lembro mais que eu vejo que faz muita correria por fora é esse José Bento¹ que é meu tio. Hum. É o meu pai também que às vezes consegue ir atrás de algumas coisas” e*

TRAAP1-BA: *“Quem marcou a história do Barreiro aqui nesse lugar começou por o pai de Bento [...]. Foi e começou a trazer muitas coisas para aqui. [...] Agora ele tomou conta e é quem tá desenvolvendo tudo.”*

Neste relato, percebe-se a valorização de indivíduos que, por meio de suas ações e articulações, conquistaram reconhecimento e legitimidade dentro da comunidade. À luz

¹ Todos os nomes nas transcrições deste trabalho são fictícios, visando à garantia do sigilo dos entrevistados.

de Bourdieu (1998), essa legitimação representa uma forma de capital cultural incorporado, acumulado ao longo do tempo por meio da prática e da convivência, e reconhecido coletivamente como autoridade legítima. Tal reconhecimento opera também como capital simbólico, na medida em que transforma qualidades individuais em prestígio socialmente validado. Para Collins (2004), esses indivíduos tornam-se polos de energia emocional nas interações sociais, ancorando cadeias de rituais que reforçam vínculos de pertencimento e orientam práticas comunitárias. Assim, o capital cultural aqui não apenas estrutura a posição desses sujeitos no espaço social local, mas também funciona como dispositivo que sustenta a continuidade histórica da comunidade por meio de referências compartilhadas.

Em segundo lugar, as práticas religiosas, mesmo em processo de transformação, mantêm sua função de elo cultural, integrando indivíduos através de rituais que reforçam fronteiras simbólicas (ex.: distinção entre católicos e evangélicos). A religiosidade emerge como uma das principais formas de organização simbólica nas comunidades estudadas, funcionando tanto como marcador de pertencimento quanto como vetor de coesão social. Em ambas as localidades, as práticas religiosas não se restringem ao âmbito da fé individual, mas estruturam formas coletivas de sociabilidade, ritualizando valores como solidariedade, partilha e continuidade histórica. Na CNSG, a religiosidade católica está profundamente enraizada na própria gênese da organização comunitária. As festas religiosas, as promessas e procissões foram elementos fundadores da sociabilidade local, como demonstra o relato de um morador:

LID1-AM: *“Na infância era assim, né? Faz uma procissão, uma festa religiosa. Aí dá a comida para o pessoal. Aí pagava a promessa. Dentro desses promesseiros, surgiram as comunidades [...] Quando foi formada a comunidade, assim as pessoas se juntaram. Agora vamos viver dessa forma. Rezando, tendo uma celebração aos domingos e às terças-feiras, as novenas.”*

Esta fala ilustra como a espiritualidade se traduziu em práticas sociais concretas, como a partilha de alimentos e o comprometimento coletivo com celebrações regulares. A comunidade, portanto, não surge apenas como um agrupamento geográfico, mas como um espaço ritualizado, sustentado por valores religiosos que orientam formas de convivência e solidariedade. O catolicismo, inicialmente hegemônico, funcionava como linguagem comum que unificava os moradores e fornecia um horizonte de sentido para a vida coletiva.

No Barreiro, a religiosidade também ocupa um lugar central na construção da identidade local, embora com transformações ao longo do tempo. A criação de uma igreja própria, fruto da mobilização de moradores, simboliza não apenas a consolidação de um espaço espiritual, mas também o fortalecimento do senso de pertencimento comunitário:

TRAB4-BA: *“A única coisa que marcou aqui que não existia, que eu ainda alcancei com minha avó [...] ela era muito católica [...] ela se interessou, mas se aí outros e outros [...] fizeram o grupo tudo e fizeram uma igreja. Então hoje em dia ninguém vai mais.”*

A citação revela tanto a importância histórica da fé católica quanto a nostalgia por um tempo em que a vida religiosa era mais intensamente vivida. Mesmo com o declínio da frequência às celebrações, a igreja permanece como símbolo da organização coletiva em torno da fé, evocando valores como respeito, tradição e memória afetiva. Assim, a prática religiosa não apenas organiza o tempo e o espaço da comunidade, mas também funciona como um referencial de pertencimento e reconhecimento mútuo. Collins (2004) entende que interações sociais repetidas, especialmente os rituais (como eventos religiosos e cerimônias), produzem o que ele chama de "energia emocional positiva", quando as interações são bem-sucedidas. Os produtos simbólicos dessas interações, acumulados ao longo do tempo, podem ser entendidos como uma forma de capital simbólico ou cultural, no sentido de que certos indivíduos ou grupos passam a dominar os códigos, símbolos e práticas valorizados naquelas cadeias interacionais.

Por fim, o uso recorrente da linguagem do "nós", seja em referência à comunidade como um todo, seja a subgrupos como a associação de moradores, evidencia a naturalização das fronteiras de pertença, que são ativadas discursivamente para incluir ou excluir. Esses mecanismos demonstram como o capital cultural, em sua forma simbólica, é mobilizado para sustentar hierarquias e solidariedades locais. A fala de um entrevistado, por exemplo, revela com clareza essa construção simbólica da coletividade:

LID1-AM: *“E aí surgiram as comunidades. Como esse pessoal aqui da Costa do Pesqueiro, quando nós chegamos aqui, era o povo típico, o povo nato, quase daqui da região. Esse povo não tinha, como se diz, uns contatos uns com os... entenderam como comunidade. Só que nós já vivíamos em comum, né? Por causa da partilha que já tinha. Porque quando se tem partilha se deve em comum. Entende isso. Eu estou contando o início da... Quando foi formada a comunidade, assim as pessoas se juntaram. Agora vamos viver dessa forma. Rezando, tendo uma celebração aos domingos e às terças-feiras, as novenas.”*

A repetição da primeira pessoa do plural ("nós já vivíamos", "vamos viver dessa forma") revela não apenas uma gramática coletiva, mas também um *ethos* comunitário que organiza a vida em comum desde os seus primórdios. Antes mesmo da formalização institucional da comunidade, já havia um sentimento de pertencimento compartilhado baseado na partilha, não apenas de recursos materiais, mas de experiências, valores e rituais.

A análise sugere que esses símbolos de pertencimento não são estáticos, mas campos de negociação onde identidades são contestadas e redefinidas. Por um lado, a ênfase na história compartilhada e nos líderes tradicionais (capital cultural historicizado) serve como resistência à fragmentação social, especialmente frente a pressões externas como urbanização ou secularização. Por outro lado, a adaptação das práticas religiosas e a emergência de novos grupos (ex.: jovens evangélicos) revelam tensões entre tradição e mudança, onde o pertencimento é disputado. Notavelmente, a linguagem do "nós" opera como um recurso flexível: em contextos de conflito, ela pode ser estreitada ("nós, os católicos") ou ampliada ("nós, da comunidade"), dependendo dos interesses em jogo. Essas dinâmicas ilustram como a identidade coletiva é simultaneamente um produto da organização social e um fator que a remodela, evidenciando a natureza dialética do capital cultural em contextos rurais.

Hierarquias e Estruturas de Poder na Comunidade

As entrevistas evidenciam a persistência de estruturas hierárquicas e mecanismos de autoridade que organizam a vida social local, demonstrando como o capital cultural e simbólico se entrelaça com relações de poder. Os líderes comunitários e seus sucessores na coordenação comunitária e na associação de moradores revela uma hierarquia legitimada pela tradição, onde figuras de autoridade são reconhecidas tanto por sua trajetória histórica quanto por sua capacidade de mediação entre a comunidade e instituições externas. Essa autoridade, contudo, não é isenta de disputas, como demonstram os relatos de descontentamento entre gerações mais jovens, que questionam a centralização de decisões. Paralelamente, o uso da terra na CNSG (AM), especialmente a cessão de áreas para instituições como a igreja, a escola e o centro social, e o uso de tratores coletivos, no Barreiro (BA), configuram formas de propriedade comunitária que reforçam laços coletivos, mas também reproduzem hierarquias, uma vez que o controle

sobre esses espaços e máquinas estão frequentemente vinculados a famílias ou grupos com maior capital social e político.

Um entrevistado na CNSG faz referência a uma dessas figuras locais, “Seu Samuel”, apontando-o como alguém cuja autoridade emana da sabedoria adquirida com a vida:

TRAB3-AM: “[...] Ele tem histórias. Ele tem conhecimento que vai buscar. Então se... Só que eu me espelho naquilo, no meu trabalho. Porque ele é aquela pessoa que também está ali orientando. Dando aquele conselho. Eu venho pra ir conversar com ele. Estuda. Tu tá aqui porque tu quer. Eu tive oportunidade pra não estar aqui. Mas é uma opção minha. Eu estou aqui por opção.”

A fala destaca a confiança depositada em “Seu Samuel” como conselheiro e exemplo de conduta. Mesmo sem grande instrução formal, sua autoridade é construída sobre o acúmulo de vivências e a habilidade de transformá-las em orientações respeitadas pela comunidade. A frase “ele tem histórias” carrega o reconhecimento tácito de que sua palavra é valorizada porque está lastreada em experiência e coerência prática. Sob a perspectiva de Bourdieu (1998), trata-se de uma forma de capital cultural incorporado, isto é, saberes adquiridos na prática e naturalizados na corporalidade e nos modos de ser do indivíduo. Esses saberes, ao serem reconhecidos pelo grupo como legítimos, convertem-se também em capital simbólico, conferindo prestígio e poder de influência. Já para Collins (2004), essa autoridade deriva da repetição de interações carregadas de “energia emocional positiva”, nas quais figuras como Seu Samuel funcionam como âncoras simbólicas das cadeias de rituais sociais, reforçando laços, modelando comportamentos e sustentando o senso de pertencimento coletivo. Assim, a autoridade desse sujeito se assenta tanto em sua trajetória vivida quanto no reconhecimento que ela gera nas interações cotidianas.

A análise revela ainda como as estruturas formais de poder, como a necessidade de legalização da associação para acessar recursos governamentais, interagem com as dinâmicas locais de autoridade. Por um lado, essa formalização abre oportunidades de desenvolvimento, mas, por outro, exige a adaptação das lideranças tradicionais a normas burocráticas, criando tensões entre legitimidade interna (baseada no reconhecimento comunitário) e legitimidade externa (vinculada a critérios institucionais). Essa dualidade é exemplificada nos casos em que lideranças históricas, nas duas comunidades, precisam negociar com agentes externos (governo, ONGs), mobilizando tanto seu capital simbólico local quanto novos conhecimentos técnicos (gestão de plantio, gestão de projetos). O

resultado é uma reconfiguração híbrida da autoridade, onde elementos tradicionais e modernos coexistem, mas nem sempre harmoniosamente.

No Barreiro, um dos entrevistados relembra com destaque a atuação de determinadas figuras que cumpriram esse papel:

TRAAP1-BA: *"Para mim aqui nesse lugar que quem marcou e quem marcou a história do Barreiro aqui nesse lugar começou por o pai de Bento desse homem aí. Por Ezequiel¹, que Eliseu tinha conhecimento com muita genteada e foi e começou a trazer muitas coisas para aqui. A depois do pai de Bento¹, quer dizer que foi e Bento foi faz da história. Veio um dele que também deu uma boa força e agora ele tomou conta e é quem tá desenvolvendo tudo."*

A fala valoriza a figura de Ezequiel como alguém que “tinha conhecimento com muita genteada”, expressão que sugere não apenas contatos sociais, mas habilidades relacionais e reputação junto a instituições externas. Ele é descrito como responsável por “trazer muitas coisas para aqui”, o que indica a materialização de benefícios por meio de sua capacidade de articulação. O legado continua com Bento¹, seu descendente, que também se torna referência no processo de “desenvolver tudo”, reafirmando a importância da continuidade desse papel de mediação. Esses achados destacam como a organização social da comunidade é moldada por uma complexa rede de fatores, que incluem desde laços históricos até exigências contemporâneas de governança.

Narrativas como Estruturantes das Interações Sociais

As narrativas históricas sobre conquistas coletivas, como a fundação da escola, e fracassos, como o frigorífico malogrado na CNSG, ou a fábrica de farinha e a construção do centro comunitário em Barreiro (BA), emergem como dispositivos centrais de regulação simbólica das interações sociais e da formação de expectativas comunitárias. Esses relatos, constantemente evocados em conversas cotidianas e encontros formais, funcionam como marcadores de confiança ou desconfiança, moldando a disposição para ação coletiva com base em experiências passadas. Do ponto de vista de Bourdieu (2005), essas narrativas atuam como formas de capital simbólico, pois transformam eventos históricos contingentes em referências legitimadas que orientam o presente, naturalizando estruturas de pertencimento e exclusão. Elas sustentam identidades e vínculos comunitários ao converter lembranças compartilhadas em narrativas normativas, que reforçam ou inibem comportamentos futuros. Assim, o passado narrado não apenas explica o presente, mas também o regula, funcionando como um guia coletivo para a ação. Por exemplo, o fracasso do frigorífico é citado não apenas como um evento histórico, mas

como um símbolo de alerta que justifica resistências a novos projetos de grande escala. Paralelamente, as narrativas sobre transformações sociais, como a chegada de novas denominações religiosas e o declínio do trabalho coletivo na CNSG, como a chegada de água potável e internet no Barreiro (BA), servem para explicar e, em certa medida, naturalizar as dinâmicas atuais de fragmentação social. Esses discursos revelam como o capital cultural, em sua dimensão narrativa, é mobilizado para interpretar mudanças e sustentar visões de mundo compartilhadas, que por sua vez orientam comportamentos e alianças.

A análise demonstra ainda que a linguagem situada, repleta de referências a figuras locais, lugares emblemáticos e eventos históricos, atua como um código cultural que facilita a coesão interna, mas também delimita fronteiras de pertencimento. Discussões sobre conflitos na associação ou percepções acerca de atores externos (como políticos e Universidades) não apenas refletem relações de poder, mas as reproduzem ativamente, posicionando indivíduos e grupos em hierarquias simbólicas. Por exemplo, ao descrever a UFAM, na CNSG, os moradores alternam entre discursos de esperança ("podem trazer projetos") e desconfiança ("só vêm para pesquisar e não ajudam"), revelando uma ambivalência estratégica no engajamento com instituições externas. Essas construções linguísticas, longe de serem neutras, são instrumentos políticos que validam certas lideranças, deslegitimam outras e negociam o espaço da comunidade frente a forças externas. Dessa forma, a linguagem compartilhada não apenas facilita a comunicação, mas constitui um recurso de capital cultural que estrutura as possibilidades de ação coletiva e resistência.

O relato de um entrevistado da CNSG, ilustra ambas as dimensões:

TRAB4-AM: *“Isso. Aí o meu pai foi o primeiro fundador que chamou pra fundar uma escola, fazer uma escola. Aí nesse tempo não tinha como recorrer com o poder público, né? Aí eles mesmos tiraram a madeira, foi tirado até... nesse tempo não existia motosserra. Foi tirado no machado, os esteio, As taubas foram serradas de serra. E fizeram a escola e formaram a comunidade.” (...) “Aí meu irmão, minhas irmãs, tudo iam pra estudar pra lá. Eu não. Eu já estudei aí na escolinha daí. Quando foi feito. [...] Associação dos Moradores, né? Que tá na ata da comunidade. Aí foi formada.”*

Essa fala constrói uma narrativa de sucesso comunitário. A fundação da escola, feita com o esforço físico direto dos próprios moradores, sem apoio do poder público, torna-se um marco fundador da comunidade. Trata-se de uma história contada com orgulho e reverência, que simboliza a autossuficiência, a capacidade de mobilização

coletiva e o valor da educação. A imagem dos moradores derrubando madeira no machado e serrando tábuas à mão evoca uma ética do trabalho árduo e da colaboração que se torna modelo a ser seguido, que orienta gerações seguintes.

Ao mesmo tempo, a linguagem situada utilizada por Seu Rodrigo ancora essa narrativa no território e na memória coletiva. A menção ao Lago da Ressaca, local de difícil acesso onde antes havia a única escola, cria um contraste com a conquista da escola própria. A referência à professora Graziela traz a presença de uma figura local reconhecida, enquanto a menção à Associação dos Moradores e à ata da comunidade confere formalidade e legitimidade histórica ao relato. São elementos simbólicos que localizam a experiência e reforçam o pertencimento, mobilizando marcos espaciais, afetivos e institucionais para consolidar a identidade coletiva.

Assim, as comunidades constroem e transmitem coletivamente histórias de sucesso ou fracasso que adquirem valor normativo. Essas histórias não apenas recontam o passado, mas funcionam como símbolos didáticos que orientam comportamentos, reforçam valores e dão coesão à vida coletiva. Junto a isso, o uso de uma linguagem situada, que se ancora em nomes, lugares, pessoas e eventos locais, fortalece o vínculo simbólico com o território e com a memória compartilhada, operando também como uma forma de capital cultural, que estrutura as possibilidades de ação coletiva e organização social.

A partir da sistematização dos dados coletados nas duas comunidades, foi possível identificar como diferentes formas de capital cultural se articulam com dimensões simbólicas e práticas da organização social local. As narrativas, os saberes e os gestos observados e relatados nos discursos revelam padrões recorrentes que conectam experiências individuais a estruturas coletivas de pertencimento, autoridade e negociação.

O Quadro 3 sintetiza esses achados, relacionando os elementos do capital cultural identificados com os respectivos impactos que exercem na dinâmica social comunitária. Essa síntese analítica permite evidenciar como o capital cultural, em suas múltiplas expressões, atua como força organizadora nas comunidades estudadas.

Quadro 3 - Sentido dos Capitais Culturais nas Comunidades Investigadas

Capital Cultural	Sentido do Capital Cultural nas Comunidades Investigadas
Narrativa histórica compartilhada	Essa narrativa atua como um capital cultural ao estabelecer um passado comum que confere identidade e coesão ao

	grupo. Ela cria um senso de continuidade e pertencimento simbólico, conectando os membros a uma história legitimadora.
Práticas religiosas	As manifestações religiosas organizam valores, rotinas e comportamentos que orientam a vida coletiva. Elas operam como capital cultural porque simbolizam uma adesão a normas morais e espirituais reconhecidas, fortalecendo a confiança mútua e a integração comunitária.
Uso de linguagem coletiva (“nós”)	A linguagem é um marcador simbólico poderoso. O uso reiterado de pronomes coletivos indica uma identidade compartilhada e reforça o pertencimento. Trata-se de capital cultural por articular um senso de solidariedade simbólica que distingue os membros da comunidade de outros grupos.
Autoridade	A autoridade de certos indivíduos na comunidade, muitas vezes baseada em saberes práticos, experiência ou reconhecimento moral, representa um capital cultural por legitimar discursos, práticas e decisões. Sua presença molda a dinâmica interna do grupo.
Conhecimentos técnicos	A posse de saberes específicos valorizados localmente (como habilidades agrícolas, comerciais, organizacionais, entre outros) é interpretada como sinal de competência. Como capital cultural, esses conhecimentos geram prestígio, confiança e oportunidades.
Capacidade de negociação com agentes externos	Indivíduos com habilidade para dialogar com instituições externas e traduzir suas exigências para a realidade local funcionam como mediadores culturais. Esse capital é valorizado por conectar a comunidade ao “mundo lá fora”, garantindo acesso a recursos e reconhecimento.
Narrativas de sucesso e fracasso	Casos exemplares de vitórias e derrotas tornam-se símbolos didáticos. Essas histórias funcionam como capital cultural ao transmitir lições normativas, orientar comportamentos e reforçar o <i>ethos</i> coletivo.
Linguagem situada (referências a figuras locais, lugares emblemáticos e eventos históricos)	A utilização de elementos simbólicos locais na comunicação cotidiana reforça a identidade e coesão do grupo. Trata-se de capital cultural por exigir um repertório específico que só os membros da comunidade compartilham, o que gera distinção e pertencimento.

Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados da pesquisa.

O Quadro 3, ao sintetizar as formas pelas quais práticas, saberes e linguagens atuam como recursos de reconhecimento e autoridade, evidencia que o capital cultural é central para compreender a lógica interna da vida comunitária. Esses elementos não apenas estruturam o pertencimento e a liderança, mas também moldam as estratégias coletivas diante de desafios e oportunidades. Ao serem acionados nas interações cotidianas, esses capitais produzem coesão, legitimidade e, por vezes, exclusão, demonstrando que o simbólico está na base da organização social local.

CONCLUSÕES

Este estudo teve como objetivo investigar a função do capital cultural na organização social de duas comunidades rurais brasileiras. Por meio de entrevistas e observações em campo, foram analisadas tanto as práticas objetivas que estruturam a vida comunitária quanto as dimensões subjetivas e incorporadas do capital cultural, fundamentais para entender os mecanismos de coesão e distinção presentes nesses contextos.

Foi identificado que o capital cultural desempenha um papel central na organização social das comunidades rurais analisadas, atuando como um mecanismo de coesão e distinção. Por meio de narrativas históricas, práticas religiosas e linguagem coletiva, os indivíduos reforçam sua identidade e pertencimento, criando fronteiras simbólicas que definem quem está incluído ou excluído (Bourdieu, 2007). Tais elementos não apenas sustentam a coesão interna, mas também naturalizam hierarquias, evidenciando a dualidade do capital cultural como recurso de união e exclusão.

As hierarquias e estruturas de poder nas comunidades são legitimadas pelo capital cultural, especialmente por meio da autoridade tradicional e dos conhecimentos técnicos. Os líderes comunitários consolidam sua posição através de trajetórias históricas e habilidades de mediação, enquanto a propriedade coletiva de recursos como terras e máquinas reforça laços sociais, mas também reproduz desigualdades. Tais dinâmicas revelam como o capital cultural se entrelaça com relações de poder, moldando a governança local e a distribuição de recursos, transformando interações rotineiras em rituais que reforçam sua posição dominante (Collins; 2004). Nesse processo, o capital cultural funciona como moeda de troca nessas interações, onde conhecimentos técnicos e narrativas históricas se tornam recursos estratégicos para acumular prestígio e influência dentro da estrutura social da comunidade.

Os resultados revelaram três eixos centrais que estruturam a dinâmica e organização social das comunidades: os **símbolos de pertencimento e identidade coletiva**, as **hierarquias e estruturas de poder** e as **narrativas como estruturantes das interações sociais**. Esses eixos demonstram como o capital cultural opera como um mecanismo organizador das relações sociais, ao legitimar pertencimentos, sustentar lideranças e orientar ações coletivas a partir da memória compartilhada.

A pesquisa confirma e amplia as contribuições de Collins (2004) e Bourdieu (1998), demonstrando que o capital cultural, em contextos comunitários, transcende sua função como mero marcador de distinção para se tornar um recurso dinâmico na mediação de valores, papéis e relações sociais. Os achados revelam que símbolos, saberes e narrativas atuam como dispositivos de coesão, mas também expõem tensões internas, já que a apropriação desigual desses repertórios por grupos específicos pode reforçar assimetrias de poder. Essa dualidade entre união e diferenciação destaca a complexidade do capital cultural como mecanismo tanto de integração quanto de hierarquização no tecido social.

Ao desvendar como saberes tradicionais, narrativas históricas, práticas religiosas e repertórios linguísticos estruturam pertencimento, legitimam lideranças e regulam ações coletivas, o estudo avança ao demonstrar que o capital cultural opera como uma engrenagem simbólica central na organização de comunidades rurais, especialmente em contextos de escassez institucional. Mais do que listar elementos culturais isolados, a pesquisa evidencia sua atuação integrada, mostrando como esses recursos sustentam e reproduzem relações sociais. Essa perspectiva enriquece o campo da Administração ao propor uma leitura que valoriza a dimensão simbólica das comunidades, oferecendo bases teóricas para políticas públicas, gestão social e iniciativas de desenvolvimento que partam dos saberes locais e reconheçam sua força estruturante.

Os resultados reforçam que o capital cultural é um eixo fundamental, e não apenas acessório na vida coletiva; conformando identidades, legitimando autoridade e orientando práticas comunitárias. Ao elucidar como símbolos e narrativas moldam a organização social, o estudo não apenas fornece uma chave interpretativa para entender dinâmicas locais, mas também propõe outros caminhos para pesquisar a organização social de comunidades. Dessa forma, a pesquisa convida a uma reavaliação crítica de abordagens que negligenciam a agência cultural das comunidades, defendendo que qualquer iniciativa externa deve dialogar com as vozes e realidades que emergem do próprio contexto.

Limitações Futuras Pesquisas

Este estudo apresenta limitações que devem ser consideradas na interpretação dos resultados. A pesquisa concentrou-se em apenas duas comunidades rurais, o que limita a generalização dos achados para outros contextos socioculturais. Outra limitação refere-se ao viés de seleção, já que a técnica *snowball* pode ter privilegiado participantes mais conectados às lideranças locais, deixando de captar perspectivas marginais ou dissidentes.

Por fim, o fato de que esta foi a primeira incursão da equipe de pesquisa nessas comunidades, pode ter influenciado tanto o nível de abertura dos participantes quanto o grau de profundidade nas interpretações culturais. A ausência de vínculos prévios pode ser um limitador ao acesso a camadas mais sensíveis ou controversas das narrativas, além de favorecer a predominância de discursos mais formais ou institucionalizados. Essas restrições sugerem que os resultados devem ser interpretados com cautela, reconhecendo a complexidade e diversidade das dinâmicas comunitárias.

Estudos futuros podem ampliar o escopo desta pesquisa ao incluir uma maior diversidade de comunidades, como urbanas, empreendedoras, indígenas ou quilombolas, permitindo comparações sobre o papel do capital cultural em diferentes contextos. Métodos mistos, combinando análises qualitativas com levantamentos quantitativos, poderiam enriquecer a compreensão das relações entre capital cultural, poder e organização social. Além disso, investigações longitudinais seriam valiosas para analisar como essas dinâmicas se transformam ao longo do tempo, especialmente em cenários de rápidas mudanças socioeconômicas. Essas abordagens contribuíram para uma visão mais abrangente e dinâmica do capital cultural como fator estruturante das comunidades.

REFERÊNCIAS

- ANICICH, E. M.; FAST, N. J.; HALEVY, N.; GALINSKY, A. D. When the bases of social hierarchy collide: Power without status drives interpersonal conflict. **Organization Science**, v. 27, n. 1, p. 123-140, 2016.
- BARBOSA, I. Randall Collins e dinâmica sociológica do mundo intelectual: redes, rituais de interação, capital cultural e energia emocional. **Revista de Ciências Sociais: RCS**, v. 54, n. 1, p. 113-136, 2023.
- BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Ed.). **Qualitative researching with text, image and sound: A practical handbook for social research**. Sage, 2000.
- BIERNACKI, P.; WALDORF, D.. Snowball sampling: Problems and techniques of chain referral sampling. **Sociological methods & research**, v. 10, n. 2, p. 141-163, 1981.
- BONOMO, M.; SOUZA, L. D., MENANDRO, M. C. S.; TRINDADE, Z. A. Das categorias aos grupos sociais: representações sociais dos grupos urbano e rural. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 31, p. 676-689, 2011.
- BENZECRY, C.; COLLINS, R. The high of cultural experience: Toward a microsociology of cultural consumption. **Sociological Theory**, v. 32, n. 4, p. 307-326, 2014.

BERTONCELO, E.; NETTO, M. N.; RIBEIRO, F. Distinção e capital cultural hoje. **Tempo Social**, v. 34, n. 2, p. 5-29, 2022.

BOURDIEU, P.. **A economia das trocas simbólicas**. Perspectiva, 2005.

BOURDIEU, P.. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J.. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Editora Vozes, 2023.

BOYD, N. M.; NOWELL, B.. Psychological sense of community: A new construct for the field of management. **Journal of Management Inquiry**, v. 23, n. 2, p. 107-122, 2014.

CHILENSKI, S. M.; SYVERTSEN, A. K.; GREENBERG, M. T. Understanding the link between social organization and crime in rural communities. **Journal of rural and community development**, v. 10, n. 1, p. 109, 2015.

COLLINS, R.. Social movements and the focus of emotional attention. In: **Passionate politics: Emotions and social movements**. University of Chicago Press, p. 27-44, 2001.

COLLINS, R. **Interaction ritual chains**. Princeton university press, 2004.

COLLINS, R.; HANNEMAN, R. Modelling the interaction ritual theory of solidarity. In: **The Problem of Solidarity**. Routledge, 2012. p. 213-237.

DANTAS, C. M. B.; DIMENSTEIN, M., LEITE, J. F., TORQUATO, J.; MACEDO, J. P. A pesquisa em contextos rurais: desafios éticos e metodológicos para a psicologia. **Psicologia & Sociedade**, v. 30, p. e165477, 2018.

DAVIES, S.; RIZK, J.. The three generations of cultural capital research: A narrative review. **Review of Educational Research**, v. 88, n. 3, p. 331-365, 2018.

DE CLERCQ, D.; VORONOV, M. The role of cultural and symbolic capital in entrepreneurs' ability to meet expectations about conformity and innovation. **Journal of small business management**, v. 47, n. 3, p. 398-420, 2009.

GISEVIUS, K.; NIESTERS, L.; BRAUN, B.. The role of community leadership in building community adaptive capacity to coastal hazards—Insights from neighborhood networks in Semarang, Indonesia. **Environmental Science & Policy**, v. 163, p. 103963, 2025.

HALE, J.; CAROLAN, M. Framing cooperative development: The bridging role of cultural and symbolic value between human and material resources. **Community Development**, v. 49, n. 4, p. 360-379, 2018.

HALE, J.; IRISH, A.; CAROLAN, M.; CLARK, J. K.; INWOOD, S.; JABLONSKI, B. B.; JOHNSON, T. A systematic review of cultural capital in US community development research. **Journal of Rural Studies**, v. 103, p. 103113, 2023.

HEEKS, R.; SHEKHAR, S.. Datafication, development and marginalised urban communities: An applied data justice framework. **Information, Communication & Society**, v. 22, n. 7, p. 992-1011, 2019.

KEYS, N.; THOMSEN, D. C.; SMITH, T. F. Adaptive capacity and climate change: the role of community opinion leaders. **Local Environment**, v. 21, n. 4, p. 432-450, 2016.

LUMPKIN, G. T.; BACQ, Sophie; PIDDUCK, Robert J. Where change happens: Community-level phenomena in social entrepreneurship research. **Journal of Small Business Management**, v. 56, n. 1, p. 24-50, 2018.

MANCINI, J. A.; BOWEN, G. L.; MARTIN, J. A. Community social organization: A conceptual linchpin in examining families in the context of communities. **Family Relations**, v. 54, n. 5, p. 570-582, 2005.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M.. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2004.

MCEVILY, B.; SODA, G.; TORTORIELLO, M.. More formally: Rediscovering the missing link between formal organization and informal social structure. **Academy of Management Annals**, v. 8, n. 1, p. 299-345, 2014.

PLATZEK, B. P.; PRETORIUS, L.. Regional cooperation in a thriving entrepreneurial economy: A holistic view on innovation, entrepreneurship and economic development. **International journal of innovation and technology management**, v. 17, n. 03, p. 2050014, 2020.

PRADO, I. M. S.. Cultural Capital: Reflections from a Latin Americanist. **Genre: Forms of Discourse and Culture**, v. 56, n. 1, 2023.

RIESSMAN, Catherine Kohler. **Narrative methods for the human sciences**. Sage, 2008.

SEO, Myeong-Gu; CREED, WE Douglas. Institutional contradictions, praxis, and institutional change: A dialectical perspective. **Academy of management review**, v. 27, n. 2, p. 222-247, 2002.

WRIGHT, Nathaniel S.; REAMES, Tony G. Unraveling the links between organizational factors and perceptions of community sustainability performance: An empirical investigation of community-based nongovernmental organizations. **Sustainability**, v. 12, n. 12, p. 4986, 2020.